

Degradação ameaça Vicente Pires

FOTOS: CRISTIANO MARIZ

Invasão de área protegida coloca em risco todo o meio ambiente da região

JAIRO VIANA

Matas ciliares derrubadas, nascentes drenadas para construção de casas, moradias erguidas dentro do brejo e a menos de 50 metros do leito do córrego e prédios de até seis andares, sem alvará de construção, sem rede de esgoto e com água de poços artesanais.

Este é o caótico quadro ambiental que os fiscais do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Terracap e da Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) vão encontrar nas terras do governo federal, em Vicente Pires e na Colônia Agrícola Samambaia. Uma valorizada área localizada entre o Guarã e Taguatanga, totalmente grilada por especuladores imobiliários.

Em conjunto, os fiscais prometem realizar uma operação pente-fino no local, nos próximos dias, tão logo concluam a que vêm executando na região do Setor Habitacional Taquari, no Lago Norte.

No Taquari, os fiscais já notificaram 53 construções irregulares, inclusive mansões situadas nos condomínios Privê I e II, às margens do Lago Paranoá. As casas que agredem o meio ambiente estão sujeitas a demolição ou seus donos a recuperar a área degradada.

"A operação está sendo planejada e não sabemos ainda o dia em que será deflagrada. Vamos proteger os locais de preservação permanente inseridos na Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto, assegura o chefe da Fiscalização do Ibama-DF, Antônio Wilson. Ele acredita que a operação nas três etapas do Taquari dure 15 dias.

Segundo Wilson, as construções da Chácara 43, situadas à beira do córrego Vicente Pires, foram embargadas na terça-feira. "Os fiscais do Ibama determinaram a paralisação das obras e retiraram as cercas existentes no local", afirma.

Os fiscais do Ibama vêm atuando, desde a criação da APA do Planalto, em 2002, em toda a região oeste de Brasília. Os locais mais críticos de invasões e degradação ambiental são a área do antigo Acampamento do MST 26 de Setembro, onde está hoje a Floresta Nacional (Flona); a Colônia Agrícola Samambaia e as chácaras situadas às margens do córrego Vicente Pires.

As áreas onde as nascentes estão drenadas ficam nas chácaras 33 e 32, cujos loteamentos chegam a menos de 50 metros do leito do córrego.

DESVIO - Uma das nascentes, inclusive, forma uma grande poça de água corrente, na rua em frente à chácara 32, com risco para a saúde dos moradores das redondezas. E o leito do córrego foi desviado nos fundos da chácara 35, para aumentar a área do morador da margem esquerda, do lado do Jockey Clube.

"Estamos impossibilitados de utilizar a água das cisternas, pois tememos contaminação. Tomamos apenas água mineral", garante a dona de casa Albertina Costa, moradora do condomínio Recanto dos Pássaros, na chácara 33.

Ela conta que comprou o lote por R\$ 20 mil, há mais de um ano. Construiu a casa, onde mora com a família, e aguarda o processo de regularização ciente de que terá que pagar novamente pelo imóvel, que pertence à União.



Nascente forma poça de água em frente à chácara 32. Fiscais vão fazer operação pente-fino nas invasões de Vicente Pires

Morador confia na regularização

O presidente da Associação Comunitária do Vicente Pires, Dirsomar Chaves, reconhece a importância da fiscalização do Ibama, Terracap e Gerência Regional do Patrimônio da União, para manter a preservação ambiental do Setor Habitacional.

"Acredito no diálogo com as autoridades. E também na sensibilidade social do gerente regional do Ibama, Francisco José Palhares, e do gerente do GRPU, Carlos Otávio Guedes, para darem uma solução de consenso. Por isso, vejo com tranquilidade a operação que será desencadeada por fiscais dos três órgãos", diz.

Paralelamente à fiscalização, Dirsomar reivindica, em nome dos cerca de 28 mil moradores que ocupam aproximadamente seis mil imóveis, o programa de regularização fundiária das terras do Vicente Pires e da Colônia Agrícola Samambaia.

O dirigente da associação acredita que a operação pente-fino abrangerá em torno de 100 famílias, que moram em áreas de preservação ambiental. O problema maior a ser enfrentado no local são os cerca de 30 prédios em fase de edificação, sem alvará de construção.



Prédios estão surgindo onde era para ser uma colônia agrícola. Já são 30 no lugar de plantações

Após a regularização da área, o governo terá que encontrar formas de instalar infraestrutura urbana no local. Não só levar água tratada para os moradores como construir redes de esgotamento sanitário, de forma a não comprometer os dois mananciais hídricos que cortam a região, o Vicente Pires e o córrego Samambaia.

Outra questão difícil de

ser administrada vai ser o preço dos lotes. Os moradores querem a cobrança pelo valor da terra nua, ou seja, sem as benfeitorias urbanas. No entanto, após a legalização, o governo terá que instalar redes de energia elétrica, de água tratada, de esgoto e de captação das águas das chuvas e instalar asfalto nas ruas esburacadas. Tudo tem um custo.

Quando adquiriram os lotes nas mãos de grileiros, os compradores sabiam que a terra pertencia à União.

À época, a área era administrada pela Fundação Zoológica, que fez contrato de arrendamento com os chacareiros, com a finalidade de plantar frutas e hortaliças no local. Os arrendamentos foram feitos no governo de José Aparecido no GDF.



Albertina, que mora em chácara: "Temos medo de usar a água"